

Finanças

Inflação desce há quarto meses

A taxa de inflação no País, a 12 meses, voltou a descer em Abril, pelo quarto mês consecutivo, fixando-se agora ligeiramente abaixo dos 35%, uma quebra de quase dois pontos percentuais face a Março, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)

TRIBUTAÇÃO

Pagamento de impostos em divisas 'retira' dólares à banca

Operadores petrolíferos serão os principais abrangidos pela medida que deverá ser aprovada neste mês. Estado arrecada mais divisas, em detrimento da banca comercial.

POR PEDRO FERNANDES
 pedro.fernandes@mediarumo.co.ao

O pagamento de impostos em moeda estrangeira deverá ter impacto junto da banca comercial, visto que os operadores petrolíferos terão menos divisas disponíveis para vender aos bancos, uma vez que passarão a entregar parte delas ao Estado para cumprirem as suas obrigações tributárias, defendem fiscalistas ouvidos pelo Mercado.

Em causa está uma proposta de alteração pontual aprovada recentemente na especialidade, no Parlamento, e que foi incluída na agenda da reunião plenária ordinária de 25 de Maio, para votação final global.

Na altura, o ministro das Finanças, Archer Manguera, disse que a medida, uma iniciativa legislativa do Governo, se justifica por razões de natureza geopolítica e conjuntural, "que impõem redobrados esforços às economias emergentes".

Especialistas em fiscalidade ouvidos pelo Mercado explicam que a medida terá impacto nas receitas oriundas dos operadores petrolíferos, que passarão a pagar os seus impostos em moeda estrangeira, sobretudo dólares, ao Estado. Os restantes exportadores, que também recebem divisas pelas suas vendas, ainda que também tenham de pagar impostos em dólares, geram, ainda, receitas residuais, face ao petrolífero que, recorde-se, é responsável por cerca de metade da receita fiscal em Angola.

O impacto desta medida não será irrelevante para o Estado, que irá arrecadar mais dólares, numa altura em que o País se vê a braços com uma queda das reservas internacionais líquidas para fazer face a necessidades de importações. Mas, para as empresas, é neutro. Aliás, os operadores petrolíferos, muitas vezes, têm falta de kwanzas e vendem dólares aos bancos para fazerem os seus pagamentos no



País, incluindo de impostos, lembram os fiscalistas.

Aline Santos, advogada do escritório Fátima Freitas Advogados, acredita que a medida apenas terá efeito "caso seja acompanhada de medidas de natureza cambial que permitam aos contribuintes em geral efectuar transacções ou pagamentos internos em moeda estrangeira".

Novo quadro jurídico-cambial

"Será necessário reformular o quadro jurídico-cambial, por forma a estarem criadas as condições económicas que potenciem a obtenção de rendimentos em moeda estrangeira, no mercado interno, dotando os contribuintes

de maior capacidade financeira e até maior predisposição para efectuarem o pagamento de impostos em moeda estrangeira", considera.

**Jurista defende
que a medida poderá
"indiciar um retrocesso
na desdolarização
da economia"**

"Na prática, tem de se verificar primeiro os pressupostos que poderão conduzir à redolarização da economia", só depois haverá condições para que a medida seja implementada, diz.

"Neste sentido, podemos entender que esta medida poderá indiciar um certo retrocesso no processo de desdolarização da economia", afirma.

Aline Santos esclarece também que, em princípio, só os exportadores poderão ter capacidade para pagar os seus impostos em moeda estrangeira, pelo que, na prática, esta medida deverá ter impacto predominantemente em relação a estes contribuintes.

"A respeito da possibilidade de, por iniciativa da Administração Geral Tributária, alguns contribuintes pagarem os impostos em moeda estrangeira, será preciso perceber em que medida e com que fundamentos legais e constitucionais poderá a estrutura exigir ou solicitar que os impostos

sejam pagos em moeda estrangeira e que esta exigência ou solicitação possa ser apenas em relação a alguns contribuintes", diz.

O pagamento de impostos em moeda estrangeira "não combina" com o projecto de desdolarização implementado pelo Executivo. A ideia, segundo este processo, é reduzir progressiva e consistentemente o stock e os fluxos de moeda estrangeira.

A desdolarização tem seguido uma tendência decrescente ao longo dos últimos anos. Segundo o BNA, em 2006, a média da dolarização dos créditos e depósitos era, respectivamente, de 71,42% e 69,42%. Já em 2013, aqueles indicadores situavam-se em 38,57% e 46,70%. ■